



Ordem Econômica

Severo busca apoio para seu relatório

O relator da Comissão da Ordem Econômica, senador Severo Gomes (PMDB-SP) está realizando intensas negociações com constituintes progressistas e conservadores com o objetivo de obter amplo apoio ao parecer final da comissão, a ser divulgado hoje. Este documento será votado na tarde de amanhã em reunião da comissão no Plenário da Câmara dos Deputados.

O relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças, deputado José Serra, também está procurando consenso em torno de assuntos polêmicos, mas essa tarefa vem sendo dificultada por causa da intransigência dos setores anti-estatizantes. Tendo conseguido um bom entendimento na área tributária, José Serra enfrenta dificuldades para achar consenso em questões do sistema financeiro. A Comissão da Ordem Econômica recebeu 953 emendas até à meia-noite de anteontem, quando encerrou-se o prazo para a entrega de propostas na fase preliminar dos trabalhos da comissão. Já a Comissão do Sistema Tributário recebeu 917 emendas.

A Comissão do Sistema Tributário também votará seu parecer definitivo na sexta-feira pela manhã. Os dois relatores, com base no resultado da votação, deverão elaborar o relatório final até domingo. Na segunda-feira, os documentos serão encaminhados para a Comissão de Sistematização para o início

Acordo ajuda Norte-Nordeste

Um acordo sobre a fórmula de divisão do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, beneficiando os estados do Norte e Nordeste, foi firmado em reunião terça-feira, à noite, com a presença do relator e do presidente da Comissão do Sistema Tributário, deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), do presidente da Subcomissão de Tributos, Benito Gama (PFL-BA), e do deputado Jayme Santana (PFL-MA), amigo pessoal do presidente Sarney.

Serra vai aproveitar a emenda oferecida por Gama, reservando 23% do Imposto de Renda e do IPI para o Fundo de Participação; 17% para o Norte e Nordeste e 6% para os demais estados. Ele teve que negociar diante da perspectiva de derrota de seu substitutivo, porque o

de nova fase de debates para a nova Constituição.

Isenção

O senador Affonso Camargo (PMDB/PR) apresentou emenda à Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças não só estabelecendo imunidade tributária a livros, jornais e periódicos, mas também ampliando este benefício à produção cinematográfica. Para o senador, essa medida facilitará aos brasileiros o acesso aos bens culturais, servindo ainda de estímulo ao cinema nacional.

Affonso Camargo lembrou que a Constituição de 1946 já assegurava a imunidade de impostos sobre os bens culturais impressos, uma proposta do então constituinte Jorge Amado que, na época, teve a preocupação de conceder a imunidade ao bem cultural e não à empresa ou aos proprietários de empresas que exercem atividade cultural. Os impostos aos quais estão imunes são aqueles que contribuem efetivamente para o custo final do bem cultural, razão da inclusão do papel destinado à impressão.

Na emenda apresentada agora Affonso Camargo estende essa imunidade aos insumos e alega em sua justificativa que "a maioria, aliás, goza atualmente de isenção que é, infelizmente, uma forma de pressão do poder eventual sobre os meios de comunicação". Sob esse ponto de vista, o senador acha que sua emenda, incorporada ao relatório final da comissão e incluída na nova Constituição, corrigirá uma injustiça.

grupo Norte-Nordeste conta com 28 votos na comissão, suficientes para derrubar a proposta em caso de radicalização.

— Ele é um rapaz inteligente; não vai remar contra a maré, disse Benito Gama.

Serra irredutível

Com os votos do Norte-Nordeste e do Rio de Janeiro, garantidos por Dornelles, a proposta ficou com maioria na comissão. Serra não quis aceitar, porém, outro ponto reivindicado pelos nordestinos: privilegiar a região também na aplicação de recursos através do orçamento da União, proposta do relator da Subcomissão de Orçamento, José Luís Maia (PDS-PI). Irredutível nessa questão, Serra defende a liberdade do Governo Federal para aplicar seus recursos como quiser.

Emenda paulista reduz a arrecadação da União

A preços de hoje, se aprovada na Comissão de Tributação, Orçamento e Finanças da Constituinte, a emenda que propõe a elevação de apenas 10 por cento — de 33 para 43 por cento — do percentual que incide sobre a arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e sobre o Imposto de Renda (IR), a União perderia, em seu orçamento deste ano, para os estados e municípios, cerca de Cz\$ 46 bilhões.

A arrecadação do IPI e do IR — base de incidência do percentual de cálculo dos recursos do Fundo de Participação — está estimada para 1987, segundo a Receita Federal, em Cz\$ 466 bilhões. Pelo atual indicador (33%) os estados e municípios se beneficiarão este ano com recursos da ordem de Cz\$ 154 bilhões. Mas, se estivesse em vigor

o percentual de 43 por cento, que está sendo aprovado na Comissão, esse montante subiria para Cz\$ 201 bilhões.

Esse é o impasse mais grave nos debates da Comissão de Tributação e Finanças. Em torno da descentralização das receitas fiscais vão se concentrando os grandes lobies e interesses regionais. O deputado Benito Gama (PFL-BA) está arrematando apoio para elevar o atual percentual de 33 para 48 por cento, o que significaria mais Cz\$ 23 bilhões de repasses de recursos da União para os estados e municípios.

O estado de São Paulo está disposto a abrir mão de sua quota no Fundo de Participação se puder ficar apenas com cinco por cento da receita do IPI arrecadado no próprio estado. Essa opção be-

neficiaria São Paulo, mas não os demais estados do Sul, principalmente aqueles que têm renda superior à renda nacional, mas que na área do produto industrial não conseguem acompanhar São Paulo. Por essa razão São Paulo está isolado na defesa da emenda.

Essas questões ganharão mais corpo a partir de amanhã, quando começarão a ser debatidas no plenário da comissão as 917 novas emendas sobre o substitutivo do deputado José Serra (PMDB-SP), e que se concentram fortemente sobre a questão tributária, em particular sobre a transferência de receitas da União para os estados e municípios.

A partir dessas emendas introduzidas ontem ficou evidente a formação de dois blocos regionais na Comissão de Tributação.

Cunha repudia superpoderes de Ulysses

O deputado João Cunha (PMDB-SP) denunciou e condenou ontem os superpoderes de Ulysses Guimarães ao afirmar que a futura Constituinte do Brasil «já está pronta, articulada pelo magnata do poder, Ulysses, e redigida pelo seu pupilo predileto, Prisco Viana, ex-líder arenazista». O parlamentar convocou toda sociedade civil para que pressione o poder constituinte a se libertar dos poderes do deputado Ulysses Guimarães, «para evitar o caos e viabilizar a nação brasileira».

Considerando o presidente da Constituinte e da Câmara dos Deputados como um quase «rei-constituinte», João Cunha enumera uma série de atitudes que a seu ver vêm desrespeitando, permanentemente, o regimento da Constituinte. Para Ulysses, frisou o deputado paulista, «o regimento interno não funciona, não vigora, é letra morta. Ele é o único soberano da história dessa Constituinte».

João Cunha lamentou também que a sua proposta de acabar com a figura do líder, apresentada logo no início da Constituinte, tenha sido derrotada, porque agora Ulysses Guimarães «tem colocado para alguns deputados a sua disposição de recriar o voto de liderança gerado pela ditadura militar».



Deputado: "Carta está pronta"